

() Graduação (X) Pós-Graduação

A PARTICIPAÇÃO INGLESA E DOS PAÍSES IBÉRICOS NO PROCESSO DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E A GÊNESE DO ESTADO MODERNO

Silvino Aréco
CPNV/UFMS
silvinoareco@yahoo.com.br

RESUMO

A acumulação primitiva foi um acontecimento social, econômico e político que teve sua gênese na Europa, a partir do século XI, e se expandiu pelo mundo através do mercantilismo, já no século XVI. O objetivo geral do artigo foi reconstituir esse processo histórico. Tendo como objetivo específico descrever e analisar as conquistas ultramarinas dos países ibéricos e a expropriação das terras comunais na Inglaterra por meio dos cercamentos, demarcando a gênese da expansão do modo capitalista de produção. Naquele contexto social e histórico, as duas grandes potências marítimas eram Portugal e Espanha que disputavam à hegemonia do processo econômico. A metodologia da pesquisa foi fundamentada em fontes bibliográficas e tem o caráter qualitativo, nesse sentido ganharam destaques as obras de Boxer (1969), Dobb (1981), Faoro (1991), Galeano (1983) e Huberman (1985). Após a coleta das informações, essas foram analisadas a luz da teoria do materialismo histórico e dialético expressas nas obras de Marx (1968) (1978) (1963). Concluímos que esse processo marca a gênese do modo de produção capitalista e o nascimento do Estado Moderno, e esse processo foi marcado pela violência e a expropriação das terras dos servos ingleses e dos povos originários da América Latina.

Palavras-chave: Acumulação primitiva, Países Ibéricos, Estado Moderno.

INTRODUÇÃO

O conteúdo do artigo faz parte de um estudo mais amplo que foi a tese de doutoramento (ARECO, 2013).

Na tese, analisamos os empreendimentos econômicos da Companhia de Jesus que teve sua gênese naquele contexto social e histórico, por volta de 1500 no século XVI, denominado por Marx (1968) como o período de acumulação primitiva de capitais. Logo, o artigo discorre sobre esse período da história.

A metodologia do trabalho foi fundamentada em fontes bibliográficas e tem o caráter qualitativo, após a coleta das informações, essas foram analisadas a luz da teoria do materialismo histórico e dialético.

O objetivo geral do artigo foi reconstituir o processo histórico em que emerge o processo de acumulação primitiva. Tendo como objetivo específico descrever e analisar as conquistas ultramarinas dos países ibéricos na gênese da expansão do modo capitalista de produção. Naquele contexto social histórico, as duas grandes potências marítimas eram Portugal e Espanha que disputavam a hegemonia do processo econômico.

De acordo com Marx (1968), existe uma fábula econômica que se assemelha aquela em que quando Adão e Eva estavam no paraíso. Adão ao devorar a maçã, provocando o pecado, e esse dolo original corrompeu toda a humanidade. A lenda econômica deixa transparecer que havia em tempos imemoriais, duas espécies de gente. O primeiro grupo era constituído por uma elite laboriosa e inteligente e, sobretudo, econômica. O segundo grupo era composto por vadios, preguiçosos e trapalhões, gastando o que tinham e o que não possuíam. A fábula teológica destaca que a partir do pecado original o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. O mito econômico ratifica que existem pessoas que escaparam do mandamento divino, devido ao espírito frugal essa pequena elite foi acumulando riquezas e a população vadia ficou finalmente sem ter alternativa a não ser vender a própria pele.

Marx (1968, p. 829) destaca “[...] Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa pobre e, apesar de se esfalfar só tem para vender a força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parados de trabalhar há muito tempo”. É sobre esse processo da origem da riqueza que instituiu o capitalismo que procuraremos desvelar.

O artigo está estruturado em dois capítulos e as considerações finais. No capítulo 1, descrevemos o processo de expropriações das terras comunais na Europa e a corrosão lenta e

gradual do modo de produção feudal. No Capítulo 2, analisamos a constituição do primeiro Estado Moderno com a Revolução de Avis em Portugal e a expansão ultramarina. Por fim, concluímos que o Estado Moderno emerge como um órgão para gerir os negócios de uma nova classe que estava em ascensão e o processo de acumulação primitiva dos países Ibéricos foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo industrial, pois foi o ouro e a prata extraído das Américas que financiou a Revolução Industrial Inglesa.

A seguir veremos como se deu o processo de expropriação violenta das terras comunais na Europa, mais especificamente na Inglaterra e a conquista do Novo Mundo.

1. Acumulação primitiva na Europa

Nesse artigo, demonstraremos como se deu a acumulação de riqueza. No processo de acumulação primitiva do capital não havia uma uniformidade na formação social. Enquanto em algumas regiões ocorria o trabalho assalariado, em outras prevalecia o trabalho servil e em algumas outras o trabalho escravo.

Por não ser um processo homogêneo e linear em cada região havia particularidades e singularidades no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Porém, as singularidades dessa ação estavam inseridas na universalidade que traz a marca distintiva da gênese do modo de produção capitalista em sua fase mercantilista. Galeano (1983, p. 40) descreve esse processo:

O saqueio, interno e externo, foi o meio mais importante para a acumulação primitiva de capitais que, desde a Idade Média, possibilitou o surgimento de uma nova etapa histórica na evolução econômica mundial. À medida que se estendia a economia monetária, o intercâmbio desigual ia abarcando cada vez mais segmentos sociais e regiões do planeta. Ernest Mandel somou o valor do ouro e da prata arrancados da América até 1660, o espólio da Indonésia pela Companhia Holandesa das Índias Orientais desde 1650 até 1780, os lucros do capital francês no tráfico de escravos durante o século XVII, os ganhos obtidos pelo trabalho escravo nas Antilhas britânicas e o saque inglês da Índia durante meio século: o resultado supera o valor do capital investido em todas as indústrias europeias até 1800. Mandel observa que esta gigantesca massa de capitais criou um ambiente favorável aos investimentos na Europa, estimulou o ‘espírito de empresa’ e financiou diretamente o estabelecimento de manufaturas, dando um grande impulso à revolução industrial. Mas, ao mesmo tempo, a formidável concentração internacional da riqueza em benefício da Europa impediu, nas regiões saqueadas, o salto para a acumulação de capital industrial. ‘A dupla tragédia dos países em desenvolvimento consiste em que não só foram vítimas deste processo de concentração internacional, mas que também, posteriormente, tiveram de compensar o atraso industrial, ou seja, realizar a acumulação original de capital industrial, num mundo inundado pelos artigos manufaturados por uma indústria já madura, a ocidental’. (GALEANO, 1983, p. 40).

Marx¹ (1968, p. 831) afirma que “[...] na Inglaterra a servidão desaparecera de fato na parte final do século XIV”. Deduzimos pela descrição de Marx, que nesse período na Inglaterra, a maior parte da população era composta por camponeses livres que cultivavam as suas próprias terras. Na parte de terras do senhor feudal denominada de “quintas maiores”, o feitor, que anteriormente ele era um servo, foi desalojado pelo rendeiro livre.

Naquele período histórico, os operários assalariados da agricultura eram compostos em parte por camponeses que valorizavam o seu tempo de ócio trabalhando para os grandes proprietários, em parte por uma classe autônoma, pouco numerosa em termos relativos e absolutos de autênticos operários assalariados.

Marx (1968) descreve que os operários assalariados eram de fato, e ao mesmo tempo, camponeses que exploravam a sua terra, já que além do seu salário recebiam terra arável, no montante de 4 ou mais acres. Além disso, gozavam com os camponeses autênticos do usufruto da terra comunal, no qual pastava o seu gado e que ao mesmo tempo lhes oferecia lenha, madeira, turfa, etc.

De acordo com o autor em todos os países da Europa a produção feudal estava assinalada pela divisão da terra pelo maior número possível de sub feudatários. O poder do senhor feudal, como o de todo o soberano se assentava, não no comprimento da sua lista de rendas, mas no número dos seus súbditos e estes dependiam do número de camponeses que exploravam terra própria (MARX, 1968).

Logo, podemos afirmar que foram essas relações demarcadas pelo florescimento simultâneo das cidades, característico do século XV, que permitiram o acúmulo de riquezas.

Contraditoriamente, o grande senhor feudal criou um proletariado desigualmente maior ao expulsar violentamente os camponeses da terra. Mesmo que estes camponeses tivessem o título de direito feudal, que ele próprio concedera. O impulso imediato para a expulsão dos camponeses das terras foi dado na Inglaterra, principalmente pelo florescimento da manufatura flamenga da lã e conseqüentemente havendo demanda ocorreu o aumento dos preços da lã.

Naquele momento histórico, as grandes guerras feudais tinham devorado a velha nobreza feudal, e a nova classe que emergiu dos escombros do feudalismo era filha do seu tempo, para essa nova classe social o dinheiro era o poder de todos os poderes. A transformação da terra arável em pastagem de carneiros tornou-se, portanto, a sua marca distintiva. Huberman

¹ Para ver a descrição desse processo consulte o Capítulo XXIV: A chamada acumulação primitiva, no primeiro volume do livro **O Capital** de Marx.

(1985, p. 161) afirma: “[...] comércio, conquista, pirataria, saque e exploração – essas são as formas, portanto, pelas quais o capital necessário para iniciar a produção foi resumindo”.

Marx (1978) completa, afirmando que se dinheiro vem ao mundo com uma nódoa inata numa das faces, o capital vem gotejando da cabeça aos pés, por todos os poros, sangue e lama. Sobre o processo do desenvolvimento das forças produtivas materiais, Marx (1978, p. 38) esclarece que:

Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existente ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro dos quais até então tinha-se movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões.

O período de passagem do feudalismo para o capitalismo é um contexto de luta entre as forças conservadoras e as forças revolucionárias. Esclarecendo essa transição dos modos de produção, Marx (1978, p. 130) afirma que:

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais elas são suficientemente desenvolvidas, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio da velha sociedade.

Para empreendermos o exame do transcurso de criação do capitalismo carecemos de recuar no tempo, antes do ano 1.000 d.C. A Europa nesse período era essencialmente constituída de feudos, vilas e algumas poucas cidades pequenas, além de alguns centros comerciais. No Mediterrâneo, por volta de 1.300 d.C, já havia grandes e prósperas cidades, o que conduziu ao crescimento da especialização rural-urbana.

Dobb (1981) descreve que no século XIV, ou mesmo antes, existia um número considerável de tipos *kulaks*² de empreendimento. O camponês bem de vida na aldeia, o comerciante local, o trabalhador/proprietário nos artesanatos urbanos e empregando trabalho assalariado. Outro importante resultado da especialização crescente foi o desenvolvimento do comércio inter-regional e de longa distância. Eles foram sustentados e fomentaram o desenvolvimento econômico da Europa. O crescimento da produtividade agrícola significou que o excedente de alimentos e manufaturados se tornou disponível tanto para os mercados

² Burguesia rural, que utilizava sistematicamente em suas fazendas o trabalho assalariado. Surgiu durante a decomposição social do campesinato e se desenvolveu na Rússia depois da Reforma Camponesa de 1861. O czarismo tratou de converter os kulaks em seu apoio. Fonte: Breve Dicionário Político - Editorial Progreso - Moscou e I. Lapidus e K. V. Ostrovitianov: Conceitos Fundamentais de O Capital. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kulaks.htm>. Consultado em 10/07/2021.

locais como para o mercado internacional, perfazendo o circuito da realização da mercadoria com valor de uso e valor de troca descrito por Marx (1968): produção, circulação e consumo.

Se decomposmos a história do desenvolvimento do capitalismo, podemos estabelecer sua fase inicial na Inglaterra, na segunda metade do século XVI e início do século XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma bem amadurecido entre capitalista e assalariado, seja na forma menos desenvolvida de subordinação dos artesãos domésticos que trabalhavam em seus próprios lares (DOBB, 1981).

O desenvolvimento no campo da energia e do transporte tornou-se possível e lucrativo com a concentração de indivíduos nas cidades, produzindo em grande escala e vendendo os produtos nos mercados locais e de longa distância. Niveau descreve que:

[...] O espírito de inovação não foi monopólio da indústria. O progresso agrícola permitiu a formação dos grandes centros urbanos, careando a alimentação necessária às populações obreiras, mas a agricultura tirou proveito, a um tempo, da crescente procura de seus produtos e da industrialização em geral. Deve aqui se mencionar o papel importante representado pela organização dos transportes, tanto na revolução agrícola quanto na revolução industrial. A construção de canais e estrada era uma das pré-condições do desenvolvimento econômico geral (NIVEAU, 1969, p.20).

Os incrementos básicos na agricultura e na indústria desenvolveram os pré-requisitos necessários para a disseminação do comércio, o que por sua vez estimulou, ainda mais, a expansão urbana e encorajou a indústria (DOBB 1981) (HUBERMAN, 1985). Dobb esclarece que esse foi o momento decisivo na transição do modo de produção feudal para o capitalismo, porém:

[...] a história do capitalismo e as etapas de seu desenvolvimento não apresentam forçosamente as mesmas datas quanto às diferentes partes do país ou indústrias diversas e, em certo sentido, estaríamos certos ao falar não de uma única história do capitalismo, e da forma geral apresentada por ela, mas de uma coleção de histórias do capitalismo, todas com uma semelhança geral apresentada por ela, mas cada qual separadamente datada no que diz respeito a suas etapas principais [...] (DOBB, 1981, p. 34).

Dobb (1981) revela que o século XIV testemunhou uma crise da antiga ordem feudal na Europa, nesse período é patente o surgimento das cidades corporativas com grau considerável de autonomia local, política e econômica, bem como, uma influência grande dessas cidades nos negócios nacionais. Logo, na gênese do capitalismo a produção material da sociedade passa a ter um novo *locus*.

Esse episódio foi assim descrito por Lefebvre (2011, p. 35-36)

Onde se passa metamorfose capital (mais exatamente: é ela que faz o capital e o capitalismo)? Na indústria e na vida citadina que se

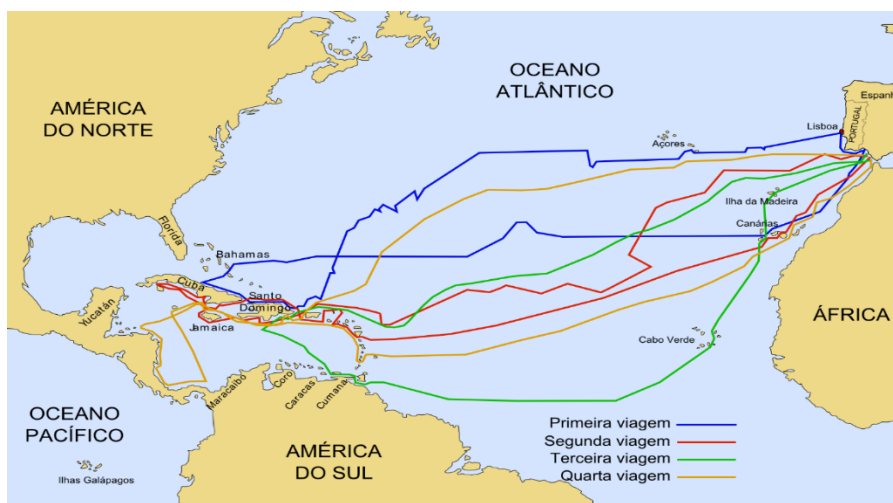
constituem em face da propriedade rural, não sem dela trazer, por longo tempo, traços e estigmas. É então no seio da cidade, na e pela vida citadina, em face da natureza, da vida camponesa, do campo já modelado pelo trabalho agrícola, que se engaja e se desenvolve um conflito de imensas consequências [...]. Na vida citadina, meio (ambiente, meio, mediação, intermediário) da transformação. Eis aí enfim, nomeado o monstro, o lugar das metamorfoses e dos encontros, o espaço teatral que mistura o ilusório e o real, que simula a apropriação (onde a apropriação aparecendo como alienação constitui o “direito à cidade”) – onde enfim o capital vitorioso parece ter descoberto o trabalho humano como fonte de riqueza.

Com a ampliação das forças produtivas e com a expansão do comércio, acirram-se as contradições de classes e, no contexto desses conflitos entre frações da nobreza e do clero, o comércio se tornou uma força de instabilidade sistêmica. O comércio lentamente ajudou na dissolução do feudalismo. A produção, o comércio e o consumo, vagarosamente, corroeram as bases do modo de produção feudal, estabelecendo as bases da acumulação primitiva e dos fundamentos institucionais do novo modo de produção (DOBB 1981) (HUBERMAN, 1985).

Marx (1968) descreve que o ponto de partida do desenvolvimento que gera tanto o operário assalariado como o capitalista foi a servidão do trabalhador. O progresso consistiu numa mudança de forma da exploração, na transformação da opressão feudal em capitalista. O autor assevera que para compreender o curso do capitalismo não precisamos recuar muito no tempo. Embora os primeiros passos de produção capitalista já existirem nos séculos XIV e XV em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista data do século XVI. O filósofo alemão esclarece que onde a produção capitalista nasce já está abolida a servidão, e o ponto importante é a existência de cidades soberanas. A grande revolução do mercado mundial se materializa no acentuado declínio a partir de finais do século XV de Veneza, de Gênova, e de outras cidades Italianas.

Outro aspecto importante foi o comércio de trânsito, ocorrido em consequência das conquistas ultramarinas da época. A invasão de Cuba, do Haiti, das ilhas Bahamas e da descoberta do caminho marítimo para a Índia contornando o extremo sul da África e, por fim, a chegada na América do Sul. Na figura abaixo, podemos visualizar os trajetos das primeiras viagens ao Novo Mundo.

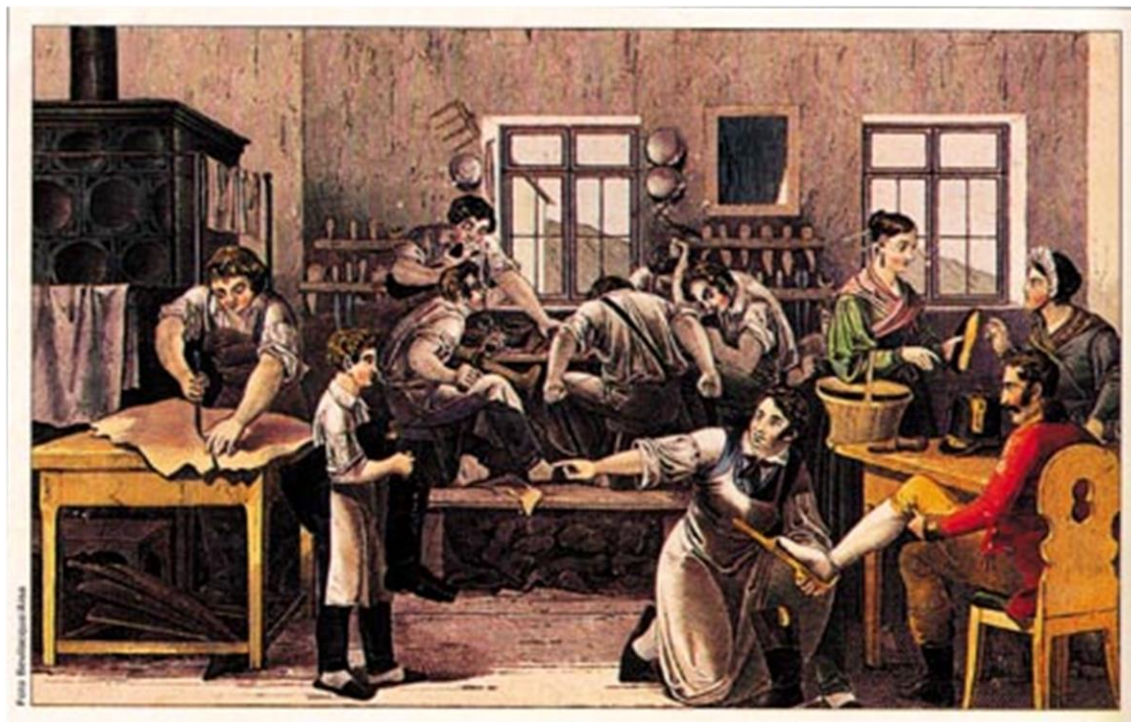
Figura 1



Fonte: Viagem: Phirosiberia [CC-BY-SA 3.0] / via Wikimedia Commons [adaptado por <https://www.infoescola.com/historia/chegada-de-cristovao-colombo-as-americas/>]

O sistema capitalista surge na produção de mercadorias, precipitando o consumo e desenvolvendo a circulação, particularmente a de longa distância. Esse procedimento levou necessariamente ao estabelecimento de cidades industriais e comerciais para servir ao movimento do capital. O comércio interno e o externo ganham um grande impulso com a “descoberto” do Novo Mundo. Naquele tempo histórico já existiam, na Europa, sistemas complexos de câmbio, compensação e facilidades relacionadas ao crédito. Desenvolveram-se nas cidades centros comerciais e instrumentos modernos como cartas de crédito, além da elaboração de novos sistemas de leis. Essas inovações econômicas e jurídicas entraram em contradição com o sistema paternalista de execução de dívidas, que eram fundamentadas nos costumes e nas tradições vigentes no feudo.

Figura 2



A pequena manufatura na transição do feudalismo para o capitalismo

Fonte: <http://industriaearte.blogspot.com/2016/09/os-primeiros-artesaos-e-urbanizacao-das.html>

A partir das contradições geradas pelas novas relações de produção criaram-se as necessidades de se ajustar as leis para atender a essas inovações sociais. As leis cunhadas naquele período foram embrionárias para as modernas leis capitalistas dos contratos, dos títulos negociáveis, das representações comerciais e da execução em hasta pública. No sistema feudal, o produtor (o mestre artesão) era também o vendedor, entretanto, as indústrias que apareciam nas novas cidades eram basicamente de exportação, onde o produtor estava distante do comprador final. Os artesãos vendiam seus produtos aos comerciantes, que por sua vez os transportavam e revendiam. Outra diferença importante era a de que o artesão feudal era também um fazendeiro e, de modo geral, o novo artesão das cidades desistiu da terra para dedicar-se inteiramente ao seu trabalho com o qual ele podia captar uma renda monetária que podia ser usada para satisfazer outras necessidades.

No centro do sistema capitalista o processo de acumulação primitiva ganhou essa configuração particular, como esclarece Marx (1968, p. 850):

O roubo da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e

proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos.

O emergente e novo modo de produção, circulação e consumo de mercadorias produziu novas necessidades estrutural e superestrutural. Ao estabelecer uma nova estrutura na produção material, fez emergir novas necessidades superestruturais, que se manifestam nos fundamentos institucionais necessários para gerir a nova força motriz, o capital.

Marx (1968) descreve a legislação sangrenta contra os expropriados desde o fim do Século XV e apresenta as leis que foram estabelecidas para o abaixamento dos salários. Marx destaca que os trabalhadores expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta da terra, este proletariado fora da lei não podia ser absorvido pela manufatura nascente tão rapidamente quanto era posto no mundo. Estes homens subitamente colocados para fora de sua vida habitual não podiam se adaptar tão velozmente à disciplina da nova situação estabelecida. Transformaram-se massivamente em mendigos, ladrões, vagabundos, na maioria dos casos por constrangimento das circunstâncias.

Marx (1968) expõe que no fim do século XV e durante todo o século XVI, em toda a Europa ocidental, foi implantada uma legislação sangrenta contra a “vagabundagem”. Huberman descreve que:

Os dados sobre o número de mendigos nos séculos XVI e XVII são surpreendentes. Um quarto da população de Paris na década de 1630 era constituído de mendigos, e nos distritos rurais seu número era igualmente grande. Na Inglaterra, as condições não eram melhores. A Holanda estava cheia deles e na Suíça, no século XVI, "quando não havia outra forma de se livrar dos mendigos que sitiavam suas casas ou vagavam em bando pelas estradas e florestas, os homens de bens organizavam expedições contra esses desgraçados heimatlosen (desabrigados)". (HUBERMAN, 1985, p. 92, Grifos do autor)

De acordo com Marx (1968) os cercamentos foi o processo de expulsão dos trabalhadores de seu meio de sustento: as terras produtivas, na transição do feudalismo para o capitalismo, mediante sua transformação em propriedade privada. A propriedade privada é, de acordo com Marx, precisamente a instituição fundamental do capitalismo, que permite vedar ao trabalhador o acesso aos meios (terra, recursos naturais) e dos instrumentos (maquinário) de produção, obrigando-o a vender o que lhe resta, a força de trabalho; por um salário.

Figura 3



Fonte: <https://regininha-atividadesescolares.blogspot.com/2020/10/a-acumulacao-de-capital.html>

Assim, a propriedade privada dos meios de produção é uma condição *sine qua non* (sem a qual não) do assalariamento, a relação de produção predominante do capitalismo. Historicamente, a propriedade foi introduzida na transição do feudalismo para o capitalismo para controlar o acesso às terras produtivas, que de feudo ou terra comunal, passaram a se constituir em propriedade privada (MARX, 1968).

A transformação do feudo em propriedade transformou os senhores feudais em capitalistas. A mutação das terras comunais em terras privadas através do processo de cercamentos na Inglaterra, que durou do século XVI ao século XVIII, privou os trabalhadores da possibilidade de produzirem seus meios de subsistência. Obrigando-os a vender sua força de trabalho e, assim, ocorreu uma metamorfose gradual que foi a transformação dos servos e dos pequenos produtores independentes em assalariados, a relação de produção predominante no capitalismo (MARX, 1968). Huberman esclarece que os cercamentos:

[...] prejudicou a milhares de pessoas: a cerca para a criação de ovelhas. Como o preço da lã subira (a lã era a principal exportação da Inglaterra) muitos senhores viram uma oportunidade de ganhar mais dinheiro da terra transformando-a de terra cultivada em pasto de ovelhas. Isso ocorrera antes da revolução dos preços, mas esta veio estimular o movimento, e maior número de senhores cercaram suas terras para criar ovelhas. Enquanto para o senhor isso significava mais dinheiro, significava também a perda do emprego e do meio de vida dos lavradores que haviam ocupado a terra que passava a ser cercada. Para cuidar de ovelhas, é necessário um número de pessoas menor do que para cuidar de uma fazenda - e os que sobravam ficavam desempregados. Muitas vezes, o senhor achava que para reunir numa só área as várias propriedades espalhadas tinha de expulsar os arrendatários de cujas terras necessitava. Assim fazia, e mais gente perdia seu meio de vida (HUBERMAN, 1985, p. 99).

Os camponeses foram castigados pela transformação a que foram submetidos e demudados em mendigos, vagabundos e pobres, Marx (1968) desvela o papel do Estado na criação da legislação que tratava os desempregados como criminosos, e pressupunha, a dependência da boa vontade deles para que continuassem a trabalhar nas velhas condições que já não existiam mais.

Figura 4



Cercamentos: Inglaterra, séculos XVI-XVIII

Fonte: <https://brainly.com.br/tarefa/731421>

Marx (1968) descreve o processo da instituição de uma legislação sanguinária contra os expropriados, a partir do século XV na Inglaterra. O autor esclarece que a população rural fora desapropriada e expulsa de suas terras, sendo compelida à vagabundagem. E abruptamente foram sendo gradativamente enquadrados na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um burlesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura (MARX, 1968).

O filósofo alemão afirma que ao progredir o processo de desenvolvimento capitalista quebraram-se todas as resistências; a produção contínua de uma superpopulação relativa manteve a lei de oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário, em harmonia com a expansão do capital; a coação surda das relações econômicas consolidou o domínio dos capitalistas sobre os trabalhadores. Ainda foi empregada a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional (MARX, 1968).

Marx (1968) esclarece que para a marcha ordinária das coisas bastava deixar o trabalhador entregue às “leis naturais” de produção, isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições. É nesta aceção que emergem outras necessidades superestruturais. A burguesia nascente precisava e empregava a força do Estado, para “regular” o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau apropriado de dependência. Marx (1968, p. 855) assevera: “Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva”.

A seguir, descreveremos como nasceu o primeiro Estado Moderno e a participação dos países ibéricos nesse processo.

2. Acumulação primitiva dos países Ibéricos e a gênese do Estado Moderno

Uma das primeiras instituições produzidas pelas contradições entre as diversas frações da sociedade emergente foi o Estado Moderno, e o primeiro a se constituir foi na Península Ibérica. Faoro (1991) esclarece que a nova instituição emerge em Portugal, com a crise de 1383-1385, de onde nascerá uma nova dinastia, a de Avis, que dará nova fisionomia aos elementos vagos, dispersos em crescimento daquela sociedade. A Revolução de Avis, cuja dinastia se manterá por quase dois séculos no poder (1385-1580), consolidará esse novo modelo institucional e fixará as bases do capitalismo em sua fase mercantil. Faoro (1991, p. 21) descreve as causas que provocaram a Revolução de Avis:

A atividade comercial e marítima que resultou a modalidade de povoamento da costa e a exploração do mar que representa elemento decisivo que define o gênero da vida nacional portuguesa, baseado na pesca, na salinação e nos produtos comerciáveis da terra. Graças ao desenvolvimento do tráfego oceânico, os mercadores portugueses puderam desde cedo estreitar relações com Flandes. Entre o comércio medieval, de trocas costeiras, e o comércio moderno a longa distância há o aparecimento da burguesia desvinculada da terra, capaz de financiar a mercancia. Há, sobretudo, o aparecimento de um órgão centralizador, dirigente que conduz as operações comerciais, como empresa sua: o príncipe FAORO (1991, p. 21).

A nova instituição emerge das contradições e dos antagonismos no interior da sociedade feudal portuguesa. Evidentemente não surge sob a hegemonia burguesa, que só vai se consolidar com as Revoluções burguesas do século XVIII. Na Península Ibérica o embrião do Estado Moderno vem ao mundo de uma aliança entre a realeza, o clero e a burguesia mercantil em ascensão.

Naquele contexto histórico, a Espanha produz também a nova instituição, tendo como modelo o Estado Português. Portanto, o Estado Moderno desde a sua gênese se fundamenta na necessidade histórica do capital, a mercadoria precisava se libertar dos grilhões e se realizar. Segundo Faoro (1991), naquele período nenhuma exploração industrial e comercial estava isenta do controle do príncipe (Estado), que evidentemente controlava de imediato a esfera mais lucrativa e concedia o privilégio de exploração à burguesia nascente, presa desde o berço as rédeas douradas da Coroa.

Figura 5



Navegações portuguesas séculos (XV – XVI), rota de Pedro Álvares Cabral (1500).

Fonte: veja.abril.com.br

As concessões de atividades dispersas e tímidas ganharam relevo com as grandes navegações, com os reis ibéricos senhores dos mares e das rotas abertas na África, Ásia e América. Huberman revela que:

A Espanha foi, no século XVI, talvez o mais rico e poderoso país do mundo. Quando os homens inteligentes de outros países perguntavam a razão disso, julgavam encontrar a respostas nos tesouros que ela recebia das colônias. Ouro e prata. Quanto mais tivesse, tanto mais rico o país seria - o que se aplicava às nações e também às pessoas. O que fazia as rodas do comércio e indústria girarem mais depressa? Ouro e prata. O que permitia ao monarca contratar um exército para combater os inimigos de seu país? Ouro e prata. O que comprava a madeira necessária para fazer navios, ou o cereal para as bocas famintas, ou a lã que vestia o povo? Ouro e prata. O que tornava um país bastante forte para conquistar um país inimigo - que eram os "nervos da guerra"? Ouro e prata. A posse de ouro e prata, portanto, o total de barras que possuísse um país, era o índice de sua riqueza e poder. (HUBERMAN, 1985, 112, Grifos do autor).

Faoro (1991) afirma que o Estado, naquele contexto social e histórico, torna-se uma empresa do príncipe que intervém em tudo, empresário audacioso exposto a muitos riscos, por

amor a riqueza e a glória, empresa de paz, corporação de guerra. Huberman destaca a importância da expansão do mercado:

[...] constituiu sempre um dos incentivos mais fortes à atividade econômica. A expansão dos mercados, nessa época, foi maior do que nunca. Novas regiões com que comerciar, novos mercados para os produtos de todos os países, novas mercadorias a trazer de volta tudo apresentava um caráter de contaminação e estímulo e anunciou um período de intensa atividade comercial, de descobertas posteriores, exploração e expansão (HUBERMAN, 1985, 85).

Huberman (1985) clarifica o início desse processo em 1447, quando o Rei da Inglaterra baixou um decreto proibindo a saída de metais preciosos do reino, a partir desse momento começou uma corrida dos outros países em busca dos preciosos metais.

[...] instituiu-se a seguinte lei na Inglaterra: "E considerando o estatuto elaborado no ano segundo de... o falecido Rei Henrique VI, ordena-se, entre outras coisas, que nem ouro nem prata sejam transportados para fora deste reino Contrariando esse Estatuto e Lei, e diversas outras leis sobre o mesmo dinheiro de ouro e prata, as vasilhas e bandejas de ouro e prata desta terra, que como mercadorias são levadas para fora deste Reino, para grande empobrecimento do dito Reino, e até a destruição final do Tesouro do mesmo Reino, se pronto remédio não for adotado: Ordena-se, pela autoridade acima mencionada, que nenhuma pessoa leve ou faça levar para fora deste Reino qualquer forma de dinheiro da Moeda deste Reino, nem da Moeda de qualquer outro Reino, Terra ou Senhoria, nem qualquer bandeja, vasilha, barra ou joia de ouro ou prata, sem a licença do Rei" (HUBERMAN, 1985, 82, Grifos do autor).

Com a fabricação de mercadorias e o metalismo, a produção de produtos com valor de uso e valor de troca e os metais preciosos como medida de valor, estavam lançadas as bases do capitalismo de Estado, politicamente condicionado, que floresceu ideologicamente no mercantilismo. Sobre esse período, Huberman assevera que:

Nessa época, quando o ouro e prata eram tão necessários à expansão do comércio, essa mesma expansão levou à descoberta de grandes jazidas desses metais que, por sua vez, conduziram a uma expansão ainda maior do comércio. Hoje, com a nossa perspectiva de 400 anos, podemos apreciar o valor exato da descoberta de Colombo; mas, para o povo do século XV, Colombo, que não tivera êxito em sua viagem às Índias, representava um fracasso. Foi somente no século XVI, com o afluxo da prata das minas do México e do Peru para a Espanha, que se deu a essa descoberta seu devido valor (HUBERMAN, 1985, 83).

Neste aspecto, a instituição de um órgão centralizador objetivava institucionalizar o comércio, cuja força motriz era a mercadoria e a sua realização o desígnio final. Huberman descreve essa epopeia:

Se as mercadorias forem transportadas por milhares de quilômetros através de montanhas e desertos, sobre camelos, cavalos e mulas; se parte do caminho

forem carregadas nas costas de homens; se ao longo de toda a rota houver perigo constante de ataque de tribos cruéis; se pela via marítima houver perigo das tempestades destruidoras e dos piratas assassinos; se aqui e ali, por qualquer via, os diferentes governos exigirem elevados impostos de portagem; se no último porto a tocar as mercadorias forem vendidas a um grupo de mercadores que tenham o monopólio do comércio naquele terminal e, assim, possam acrescer de um proveitoso lucro o já então elevado preço - claro está que o custo dessas mercadorias será exorbitante (HUBERMAN, 1985, 83).

Outro fator preponderante nesse processo foi a União Ibérica³.

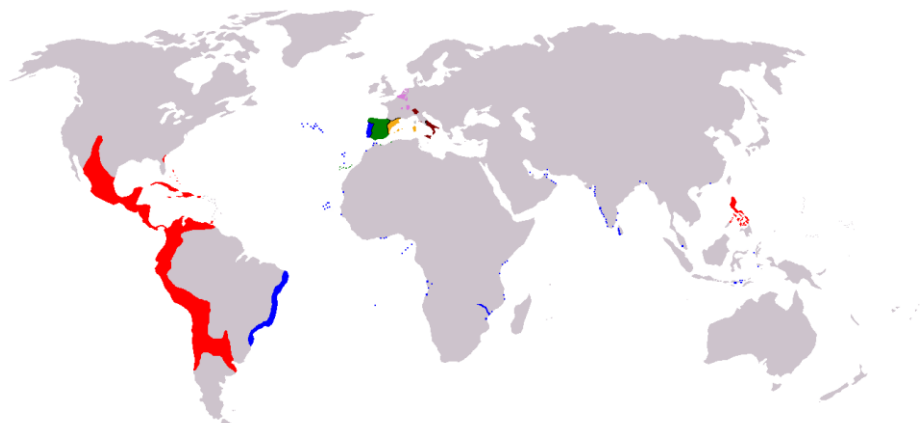
Boxer (1969) explica que com a anexação de Portugal à Coroa espanhola, com Felipe II, foi tentado o processo de unificação da Península Ibérica. Apesar de séculos de existências disjuntos, as coroas de Castela e Portugal sustentavam um estreito relacionamento, através dos matrimônios dinásticos. Dom Manuel I, o venturoso, rei de Portugal de 1459 a 1521 manteve apertados laços com a coroa de Castela. Com três núpcias efetivadas, Isabel e Maria eram filhas dos reis católicos (Fernando e Isabel) e Leonor era filha de Felipe I (arquiduque da Áustria) com Joana a louca (rainha de Castela) e, dos filhos nascidos, Dom João III esposaram, respectivamente Carolina e Carlos V (também filho de Felipe I arquiduque da Áustria). Da união de Carlos V e Isabel de Portugal nasceram vários filhos, entre eles Felipe que se uniu com Maria de Portugal (primeira esposa) e Joana que esposou o príncipe dom João (filho de João III). Deste último matrimônio nasceu Dom Sebastião, o desejado (1554-1578). (BOXER, 1969)

Com a morte de Dom João III em 1557, Dom Sebastião seu neto, testou a coroa com apenas três anos de idade e um reino consumido em problemas econômicos. A rainha Catarina da Áustria assumiu a regência após cinco anos (1557-1562), abdicando em favor do cardeal infante Dom Henrique (1562-1568). (BOXER, 1969)

Aos quatorze anos Dom Sebastião começou a governar. Em 1578 Dom Sebastião morreu na batalha de Alcácer Quibir no Marrocos. Com a morte de Dom Sebastião as veredas da união ibérica estavam abertas. O cardeal Dom Henrique, foi proclamado rei de Portugal, no dia 28 agosto de 1578. Com a contenda aberta pela sucessão, e com a morte de Dom Henrique, em 1580, açularam-se os contrassensos na corte portuguesa. Dessas rusgas foi ungido ao trono português Felipe II, consolidando a União Ibérica. No período que se desdobrou a União Ibérica, essa ganhou grande projeção mundial, como podemos ver na figura abaixo.

³ União Ibérica é o nome que se dá ao período em que Portugal e Espanha tornaram-se uma união governada pelo mesmo rei. Essa união política durou de 1580 a 1640 e foi causada pela crise na sucessão do reino de Portugal. Quem assumiu os dois países foi o rei da Espanha, Felipe II. Suas medidas impactaram até o Brasil. A União Ibérica foi causada por uma crise na sucessão do trono português, ao final do século XVI. Fonte: <https://beduka.com/blog/materias/historia/o-que-foi-a-uniao-iberica/>. Consultado em 15/07/2021.

Figura 6



Mapa dos Impérios Espanhol e Português conjuntos sob a união Ibérica, em 1598.

- Territórios da jurisdição do Conselho de Castela
- Territórios da jurisdição do Conselho de Aragão
- Territórios da jurisdição do Conselho de Portugal
- Territórios da jurisdição do Conselho de Itália
- Territórios da jurisdição do Conselho das Índias

Fonte: https://www.wikiwand.com/pt/Uni%C3%A3o_Ib%C3%A9rica

A reconstituição da contextura da União Ibérica vem no sentido de reforçar o papel fundamental desempenhado pelo Estado nesse processo. Pois, a União Ibérica não se constituiu apenas pela junção dinástica. Mas, fundamentalmente pelos laços econômicos (BOXER, 1969).

Logo, o Estado Moderno enquanto uma categoria de análise reveste-se de uma importância central em nossa reflexão. O emprego do poder do Estado para estimular o desenvolvimento do capitalismo tem a sua constituição nesse período histórico. O que é verdadeiramente o Estado Moderno? Marx (1963, p. 38) responde ao enunciado desta maneira:

[...] o Estado é a forma sob a qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns, na qual condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se disso que todas as instituições comuns têm como mediador o estado e adquirem, através, uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia e, além disso, na vontade separada de sua base real, na vontade. E, da mesma maneira, por sua vez, se reduz o direito à lei.

Queremos afirmar que a nova forma de governar, no primeiro momento absolutizada na figura do príncipe, tão bem exposta por Maquiavel (2006), emerge de uma necessidade histórica do capital, nesta acepção ele não surge da “vontade de todos”, assim como as leis não nascem do desejo metafísico que “paira sobre nossas cabeças”. O Estado Moderno e as suas leis são frutos da luta de classe, dentro desta formação social, que se fundamentou desde a sua formação na luta pela propriedade privada dos meios de produção, assim explicitada por Marx (1963, p. 25):

O Estado anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, de estado social, de cultura e de ocupação, ao declarar o nascimento, o estado social, a cultura e a ocupação do homem, como diferenças não políticas; ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, participante da soberania popular em base da igualdade; ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação atuem a seu modo, isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer a sua natureza especial.

Em síntese, a partir das reflexões desenvolvidas, podemos chegar a conclusão que o Estado Moderno é a expressão da estrutura da sociedade, mas não é a expressão harmônica e abstrata. Ao contrário, já se constitui, como um produto de contradições políticas. Logo, é na contradição que se funda o poder estatal. Portanto, o conjunto do processo de produção de mais valia, a acumulação primitiva, a reprodução ampliada do capital e a mercantilização universal (pessoas e coisas) somente podem ser compreendidas se a análise conceber, também, o Estado como dimensão essencial do capitalismo. A teoria da luta de classes seria uma simples abstração, se as relações e o antagonismo de classe não implicassem no Estado capitalista como expressão e condição dessas mesmas relações de incompatibilidade (MARX, 1982).

Considerações finais

Acumulação primitiva foi um longo processo histórico que marcou a transição do modo de produção feudal para o capitalismo, em seu primeiro momento na fase mercantil. Esse procedimento foi dinamizado pela conquista do novo mundo, colocando em evidências os dois países Ibéricos que expropriaram as riquezas de suas possessões ultramarinas.

Foi o ouro e a prata extraídos das Américas que ajudaram no desenvolvimento econômico da Inglaterra impulsionando a Revolução Industrial. Esse evento histórico foi marcado pela violência, tanto no continente europeu, com a expropriação sangrenta das terras comunais, quanto nas Américas com a escravização e o extermínio dos povos originários. Foi naquele período histórico que sobreveio a instituição da escravidão dos povos africanos que foram arrancados de seus lares e trazidos para o novo mundo para trabalharem, sob ferro e fogo, nas plantações de cana de açúcar, algodão tabaco e na mineração, etc. Foi nesse período que emergiu o Estado Moderno para gerir os interesses na nova classe em ascensão, a burguesia, em aliança com os regimes absolutistas. No devir histórico, a burguesia rompe as amarras dos estados absolutos e promove as Revoluções Burguesas, primeiro na Inglaterra com a Revolução Gloriosa (1668/1689), posteriormente com a Revolução Francesa (1789-1799) e a Independência dos Estados Unidos da América (1776), consolidando a burguesia como classe hegemônica.

Buscamos nesse artigo resgatar a gênese desse processo, pois conhecendo o passado possamos lançar uma luz sobre nosso presente.

REFERÊNCIAS

ARÉCO, Silvino. **A acumulação primitiva nos domínios ultramarinos: educação e trabalho nas reduções jesuíticas do Paraguai (1549-1767), o caráter singular e o universal.** Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal de Matogrosso do Sul. Campo Grande, MS, 2013. 372. f.

BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825.** [Trad. Inês da Silva Duarte]. Rio de Janeiro: Edições 70, 1969.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro.** v. I. 3. ed. São Paulo: Globo, 1991.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América latina.** Trad. de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Estudos latino-americanos, v.12)

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

LEFEBVRE, Henri. A cidade e a divisão do trabalho. In: **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DPeA, 2011.

MAQUIÁVEL, N. **O Príncipe.** São Paulo: Escola, 2006. Essa obra não aparece no seu trabalho.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** Tradução: Reginaldo Sant' Anna. V. II. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos e outros textos escolhidos.** Trad. José Carlos Bruni. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção: Os Pensadores).

MARX, Karl. **Observações críticas à margem do artigo: O rei da Prússia e a reforma social.** Londres: Pequim Books, 1963.

MARX, Karl. **“Infraestrutura e Superestrutura: O ‘prefácio’ da Contribuição à Crítica da Economia Política”.** Trad. Florestan Fernandes. In: IANNI, Octavio (org.). Marx – sociologia. 3.ed. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneos.** Editora: Difusão, 1969.